

# DATALUTA



## BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, janeiro de 2014, número 73. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATALUTA

**As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade**

### ARTIGO DO MÊS

**Diacronias da violência no Baixo Jaguaribe (CE): marcas históricas e geográficas**

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

6º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

“Lutar, construir Reforma Agrária Popular”  
Brasília – Brasília, 10 a 14 de fevereiro de 2014

XIII Coloquio Internacional de Geocrítica - “El control de los espacios y los espacios del control”

UB/Barcelona – Espanha, 5 a 10 de maio de 2014

IX Congresso Latino-americano de Sociologia Rural

“Sociedades rurales latinoamericanas: diversidades, contrastes y alternativas”

Cidade do México – México, 06 a 11 de outubro de 2014

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Relatório DATALUTA Brasil 2012.**

Autor: Rede DATALUTA.

O Relatório DATALUTA chega à sua décima quarta edição. Traz dados sistematizados de categorias essenciais para o entendimento da questão agrária brasileira: Ocupações de Terra, Assentamentos Rurais, Movimentos Socioterritoriais, Estrutura Fundiária e Manifestações do Campo. Também estão disponíveis os Relatórios DATALUTA São Paulo e Pontal do Paranapanema.



Paraíso.

Filmado em 2010, o documentário mostra as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas no oeste de Santa Catarina busca evidenciar a vivência e a relação com a terra, como também o resgate das sementes crioulas.

Para ver: <http://vimeo.com/69034789>.

Para baixar:

<http://docs.fct.unesp.br/nera/projetos.php>

**Mulheres da Terra.**

Direção: Márcia



**PodCast Unesp – Pod Territorial**

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesp Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar:

<http://podcast.unesp.br/>

APOIO

Editoração: Danilo V. Pereira, Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES).

Revisão: Tiago E. A. Cubas, Leandro N. Ribeiro, Ana Lúcia Teixeira (bolsista ATP/CNPq), Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq), Hugo A. Alves (bolsista PROEX), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ) e Rodrigo S. Camacho (bolsista FAPESP). Coordenação: Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP) e Valmir José de Oliveira Valério.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## AS MANIFESTAÇÕES EM MATO GROSSO DO SUL E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

### Danilo Souza Melo

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS.  
Membro da Rede DATALUTA/MS  
[danilosouza.geo@hotmail.com](mailto:danilosouza.geo@hotmail.com)

### Sedeval Nardoque

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS  
Membro da Rede DATALUTA/MS  
[sedeval.nardoque@ufms.br](mailto:sedeval.nardoque@ufms.br)

## INTRODUÇÃO

O modo capitalista de produção na agricultura transformou profundamente as relações campo-cidade, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Nos últimos anos, também, fruto das novas relações, tem se ampliado a luta pela terra, tanto no campo quanto na cidade (entendidos como unidades contraditórias do mesmo território), especialmente pelas manifestações dos movimentos socioterritoriais<sup>1</sup>.

Para a compreensão das ações de luta pela terra no Brasil, o Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA) é importante como fonte de pesquisa para subsidiar as análises sobre a espacialização e a territorialização dos movimentos socioterritoriais. O DATALUTA é um projeto do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da UNESP de Presidente Prudente-SP, com a participação de diversos laboratórios de outras universidades distribuídas por vários estados brasileiros.

Assim:

O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente. A elaboração do primeiro Relatório DATALUTA em 1999, com os dados de 1998, foi o início desta publicação de categorias essenciais da questão agrária brasileira, superando a dificuldade de acesso aos dados sistematizados sobre ocupações e assentamentos. Em 2004, incorporamos as categorias movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária, com a apresentação de gráficos, tabelas, quadros e mapas. (BOLETIM DATALUTA, 2011, p.1).

Os dados do DATALUTA são utilizados por universidades, jornais e movimentos socioterritoriais para melhor compreensão das mudanças que ocorrem na questão agrária. Os dados são atualizados mensalmente, a partir da coleta feita a partir das notícias veiculadas pelos principais jornais de cada estado e do país. Atualmente, este banco de dados é importante fonte de pesquisa, permitindo o acompanhamento da dinâmica da luta pela terra a partir da análise das tipologias de ocupações e manifestações<sup>2</sup>, pois revelam o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra.

---

<sup>1</sup> O conceito aqui utilizado baseia-se nas construções teóricas de Fernandes (2000). Para ver mais sobre o assunto, consultar: FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. In **Revista Terra Livre**, nº 15. São Paulo: AGB, 2000, p. 59-85.

<sup>2</sup> Além das ocupações e manifestações, são levantados dados sobre assentamentos, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais.

## AS MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM MATO GROSSO DO SUL: O CAMPO NA CIDADE

Os movimentos socioterritoriais do campo lutam contra o avanço do agronegócio e as injustiças decorrentes deste processo, envolvendo diferentes formas de atuação, além de outras formas de violência, como a concentração fundiária. A espacialização da luta envolve o processo de construção coletiva da necessidade de publicizar as reivindicações dos movimentos e ter reconhecimento como sujeitos deste processo, como pondera Fernandes (1994, p.182):

Nesse processo, a fração do território é conquistado na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. Dessa forma, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra.

A espacialização e a territorialização da luta pela terra não se remete somente à conquista do território, ela é contínua, compondo parte do processo de resistência, em que os camponeses se organizam e exigem a urgência de melhorias em créditos, subsídios, assistência técnica, cobram que o Estado cumpra sua função. Nesse sentido:

As manifestações, nas suas mais variadas formas, são um termômetro dos conflitos em que estão envolvidos os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, do descaso da Justiça e das autoridades maiores deste País com aqueles que diariamente lutam para que o pão esteja presente na mesa de todos. Por outro lado, elas mostram a vitalidade das populações camponesas e suas organizações que querem ser ouvidas e respeitadas e exigem uma nova ordem no campo, (MOTTA, 2006, p.175 *apud* PEREIRA, 2012, p.17).

No território em disputa, o poder político e financeiro localizam-se historicamente na cidade. Logo, o modo de produção capitalista no campo (agronegócio) gera contradições e conflitos que refletem na cidade, principalmente pela atuação deste poder e, contraditoriamente, dos movimentos socioterritoriais por meio das manifestações. Na luta pela terra em Mato Grosso do Sul, a categoria “Manifestações”, utilizada pelo DATALUTA, apresenta importante fonte de dados para entendermos a forma de atuação dos movimentos socioterritoriais e a relação campo-cidade. Esses dados foram sistematizados, neste trabalho, em forma de quadro, gráfico e mapas.

No período de 12 anos (2000 a 2012), foram registradas 368 manifestações em Mato Grosso do Sul. Essas manifestações dividimos em diferentes formas de ações, tanto no campo quanto na cidade – apontadas no quadro 1.

Podemos considerar manifestações do campo ocorridas na cidade os itens “Ocupação de prédio público/privado” e “concentração em espaço público”, totalizando 155 dos 368. Logo se percebe a importância política da cidade como *locus* para os movimentos socioterritoriais do campo. O item que se destaca nas manifestações é o “Bloqueio de rodovia”, com 169 ações. Contudo, não podemos classificar sua localização, pois não entendemos a rodovia/estrada como elemento da cidade, e sim de infraestrutura.

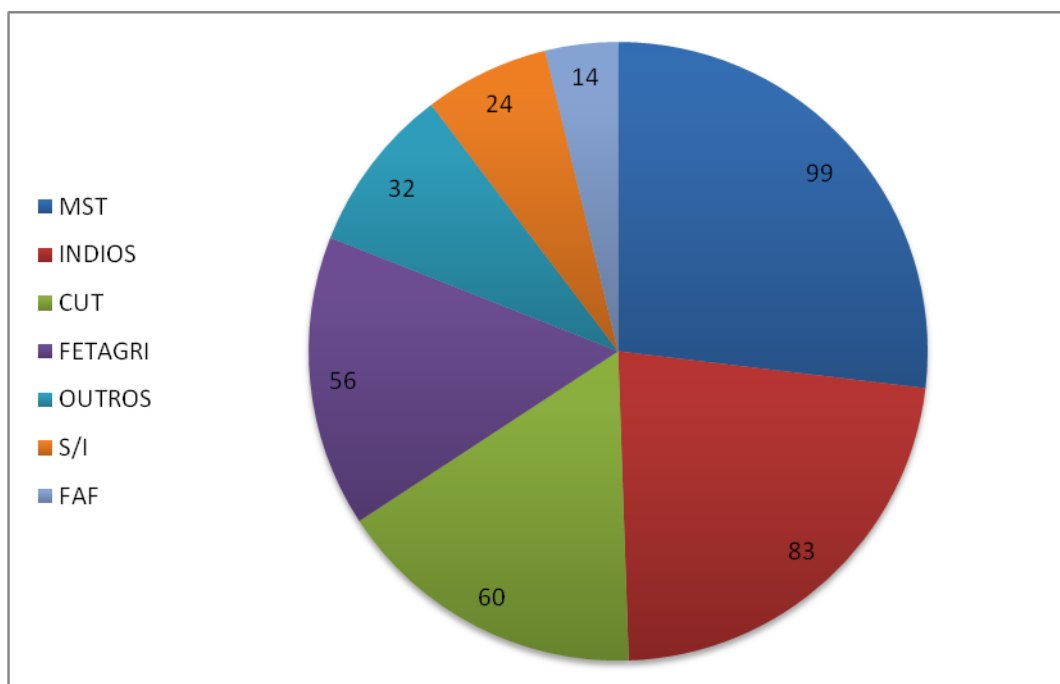
**Quadro 1** – Manifestações do Campo de Mato Grosso do Sul: 2000-2012

<b>Tipos de Manifestações do Campo 2000-2012</b>	
Bloqueio de Rodovia	169
Caminhada/Marcha	12
Concentração em Espaço Público	79
Ocupação Prédio Público/Privado	76
Temática	28
Saque	4
<b>Total</b>	<b>368</b>

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA. Organização: Melo 2013.

É mister ressaltarmos que o movimento de sair de seu local de luta para bloquear o trânsito demonstra a necessidade de revelar a toda a população os problemas enfrentados. Atrapalhar o fluxo de produtos, pessoas, de um sistema produtivo extremamente dinâmico é uma das melhores estratégias utilizadas pelos movimentos para politizar a discussão.

A seguir, na Figura 1, são apresentados os principais movimentos socioterritoriais do campo que realizaram manifestações nas cidades sul-mato-grossenses.



**Figura 1** – Manifestações no campo em MS 2000 a 2011 – Principais movimentos socioterritoriais.  
Fonte: DATALUTA, 2013. Organização: Melo 2013.

Os dados da Figura 1 confirmam a força do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentando sua superioridade numérica nas manifestações, seguido do movimento indígena. A Central Única dos Trabalhadores e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura compõem o quadro das manifestações, além de outros.

A Figura 1 revela os diferentes movimentos que lutam pela terra, entre eles, o movimento indígena na luta pela retomada de seu território, o *tekoha*. Para os indígenas, a concepção de território vai além das concepções materiais, econômicas, como objeto. *Tekoha* é uma extensão do corpo indígena, pois “[a terra],

é uma relação social [...]. O corte entre cultura e natureza ainda não ocorreu: [...] a terra tem as faculdades dos humanos. É como um corpo murmurante, que se alarga e se estende. Ela vê, ouve, fala, sente e é enfeitada.” (CHAMORRO, 2008, p. 161, *apud* COIMBRA, 2012, p.04).

No caso indígena, a terra é considerada sagrada, diferentemente da concepção de terra mercadoria, terra de negócio e de terra para o trabalho, na perspectiva do agronegócio e dos camponeses, respectivamente (MARTINS, 1997). A necessidade indígena de retorno ao território de seus ancestrais e a urgência desse retorno faz com que a maioria das manifestações termine em conflitos, principalmente com mortes de indígenas no estado.

O principal movimento que atua no estado de Mato Grosso do Sul, o MST, tem suas bases ideológicas consolidadas e sua forma de atuação bem definidas. Dificultar a circulação e o trânsito, principalmente na cidade, é o principal objetivo para que suas reivindicações tornem-se públicas. Podemos observar na Figura 2 o sucesso das manifestações na manchete do jornal douradense *O Progresso* (2 de maio de 2012).



**Figura 2** – Manchete Jornal O Progresso  
**Fonte:** Jornal *O Progresso*, 2 de maio de 2012.

Como escrito, é nítida a estratégia de fazer-se conhecida as reivindicações dos movimentos socioterritoriais e, nesse sentido, a cidade é o *lócus* das manifestações por abrigar instituições representativas do poder de vários segmentos (Bancos, Prefeitura, INCRA, entre outros). Situação explicitada na notícia publicada no jornal *Correio do Estado*, de Campo Grande, ilustrada na Figura 3, publicada no dia 24 de maio de 2012<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Fonte: <<http://flip.siteseguro.ws/pub/correiodoestado//index.jsp?edicao=2049>> . Data: 24 mai. 2012, Jornal *Correio do Estado*, página 14.



**Figura 3** – Manchete jornal Correio do Estado  
Fonte: Jornal Correio do Estado, 24 de maio 2012.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi o órgão público em que mais ocorreram manifestações, pelo fato de ser a instituição responsável pela reforma agrária e a mais visada pelos movimentos. Foram 41 atividades realizadas nos prédios do instituto entre 2000 e 2012.

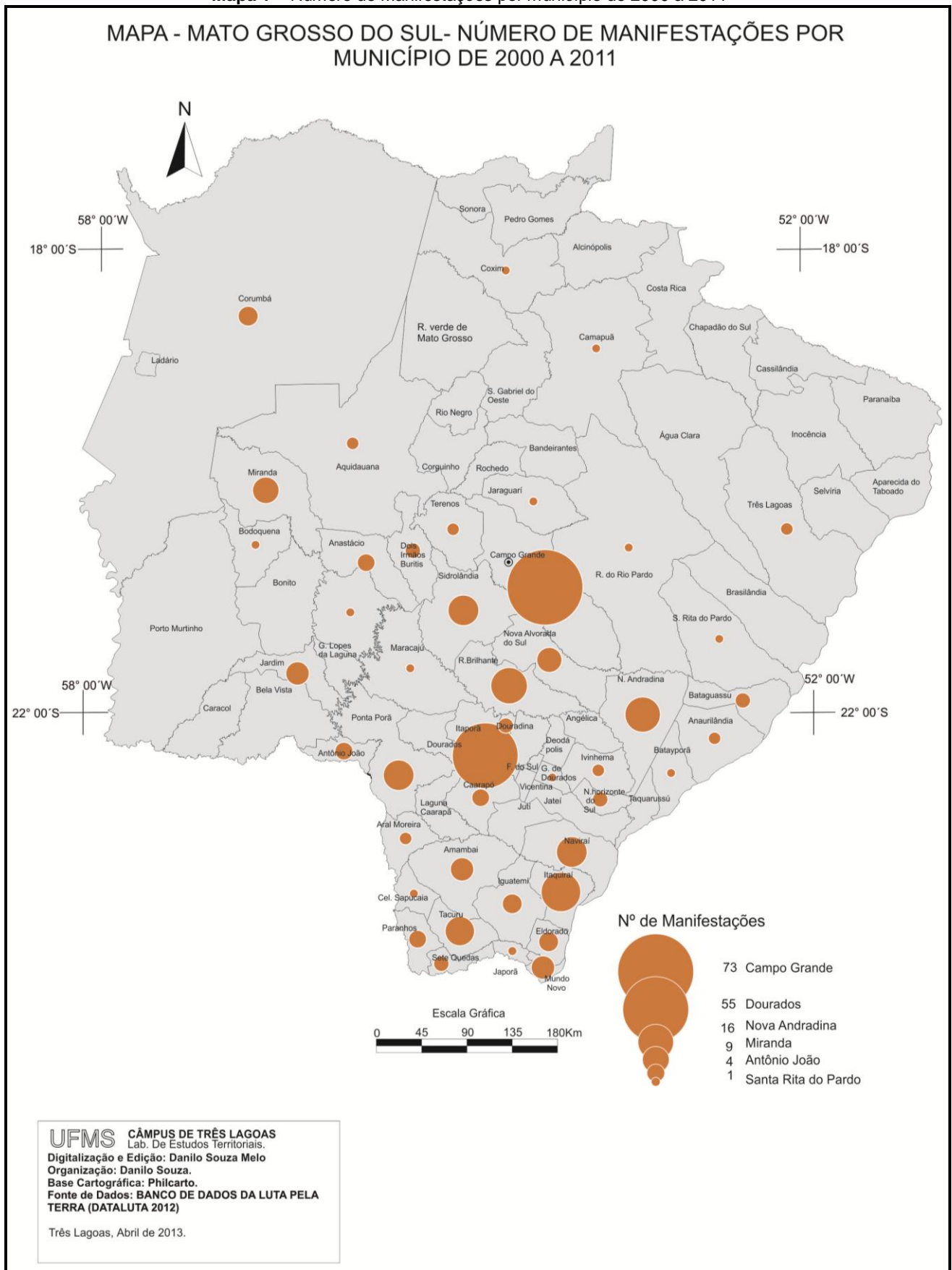
O Mapa 1 demonstra as manifestações de 2000 a 2011 em Mato Grosso do Sul, por município, a partir de dados sistematizados do DATALUTA. Campo Grande, capital do estado, é o principal nó da rede urbana em Mato Grosso do Sul, justamente por sua centralidade em serviços, educação, saúde e política, atraindo as ações de protestos. Desta forma, os movimentos socioterritoriais articulam as manifestações pela centralidade exercida pela cidade.

Por conseguinte, como verificamos no Mapa 1, Campo Grande e Dourados figuram como as cidades com números mais elevados de manifestações, justamente pela centralização do poder político e por abrigarem os principais meios de comunicação, fatores primordiais na luta. Acreditamos que a localização do INCRA (Superintendência Regional) em Campo Grande, gerou a concentração das manifestações nesta urbe, totalizando 73 ações, de 2000 a 2011. Em Dourados (sede de Unidade Avançada do INCRA), foram 55 manifestações no mesmo período. Portanto, mesmo não sendo estes municípios os de maior número de assentamentos, são os que concentraram a expressiva maioria das manifestações.

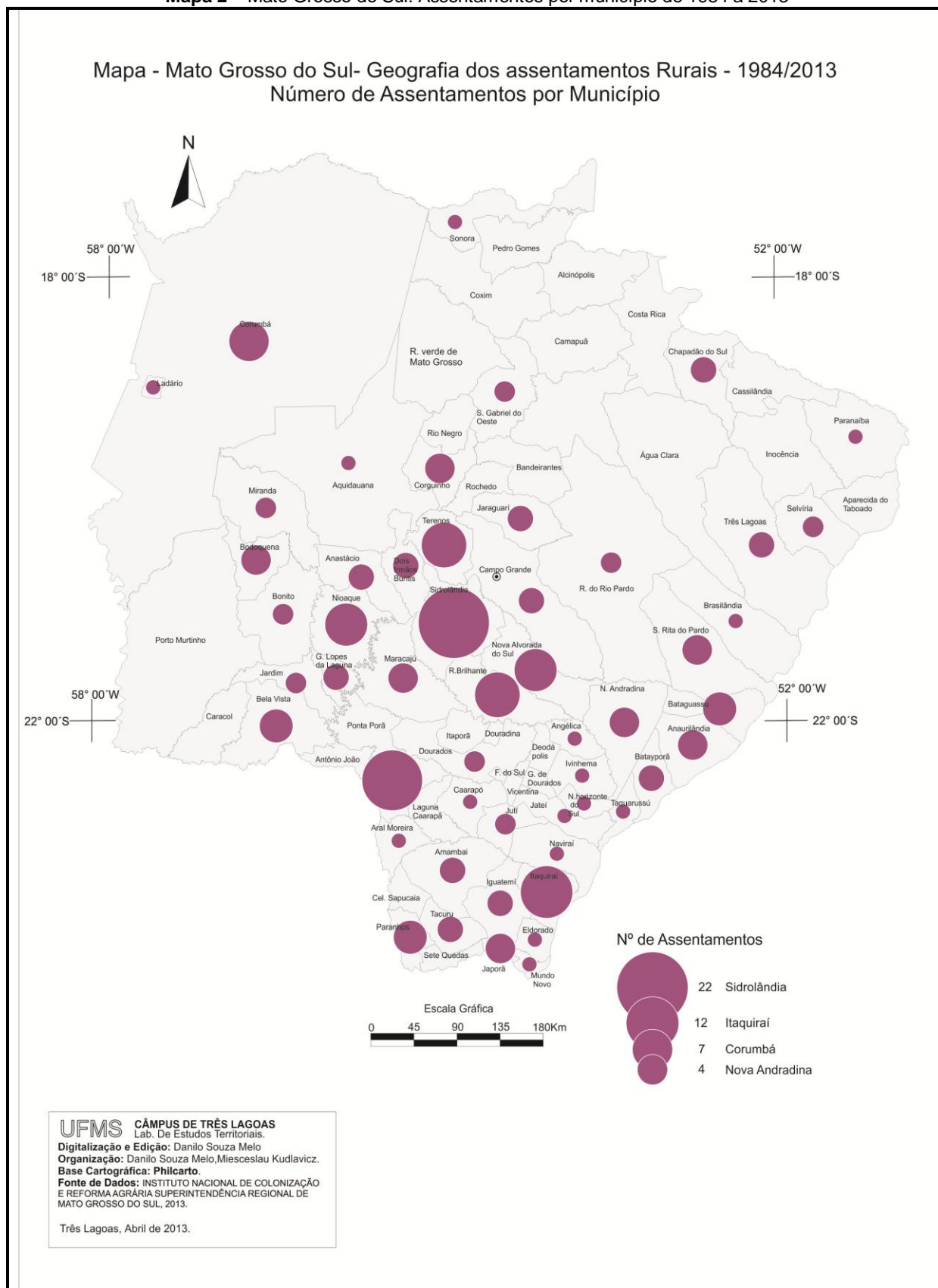
Analisando o Mapa 2, Campo Grande (com 3 assentamentos) e Dourados (2 assentamentos), respectivamente, demonstram números inexpressivos que revelam a contradição quando comparados com as 73 manifestações, na capital, e 55, em Dourados. A comparação entre os Mapas 1 e 2 mostra a disparidade entre o local dos assentamentos e as manifestações, ressaltando mais uma vez a importância política das cidades e sua influência regional, tanto econômica quanto na luta pela terra.



Mapa 1 – Número de Manifestações por município de 2000 a 2011



**Mapa 2 – Mato Grosso do Sul: Assentamentos por município de 1984 a 2013**





## CONSIDERAÇÕES

As manifestações do campo, aqui entendidas como dos movimentos socioterritoriais, assim como do agronegócio, ocorrem no campo e na cidade. Assim, o campo e cidade não podem ser entendidos de maneira dissociada, mas soldados pelo modo capitalista de produção e suas contradições. Contudo, essa soldagem não elimina as diferenças entre cidade e campo, mas, ao contrário, as provoca (ALENTEJANO, 2003). Também:

O espaço rural e o espaço urbano serão concebidos como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. O que se fará com base no conceito de divisão social do trabalho, considerando-se a influência da lei do desenvolvimento desigual e combinado. (MARQUES, 2002, p.105).

Nossa concepção é de que a cidade e o campo constituem um território que se conecta com outros territórios por meio das relações de diferentes sujeitos, sejam econômicos ou sociais (LEMOS, 2008).

Assim, as principais cidades de Mato Grosso do Sul, a saber, Campo Grande e Dourados, exercem centralidades e a população das cidades vizinhas migram em busca de serviços, como bancos, escolas, hospitais e emprego, entre outros. E os movimentos socioterritoriais também veem nelas a possibilidade de maior visibilidade para suas reivindicações, lutando pela terra e se articulando nestes espaços.

Dessa forma, a cidade aparece como elemento fundamental do território. E na discussão da luta por território, como bandeira da sociedade, as manifestações em Mato Grosso do Sul priorizam as cidades de Campo Grande e de Dourados. As manifestações têm como objetivo fazer-se conhecida a luta, suas causas e bloqueios explicitando para a sociedade que a questão agrária atinge a todos, sejam ou não sem terra. Assim, quando as manifestações causam “transtornos” às cidades, cumprem-se os objetivos de espacializar a luta pela terra.

## Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Terra Livre, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 11-23, jul./dez. 2003; RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

COIMBRA, Elias, **Apontamentos de um debate conceitual: território ou Tekohá**. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snepe/docs/080.pdf>>. Acesso em: 26 de jun. 2013.

DATALUTA, Banco de dados da luta pela terra. **Apresentação**. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/apresentacao\\_dataluta\\_2011.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/apresentacao_dataluta_2011.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Espacialização e territorialização da luta pela terra**: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia), FFLCH, USP, 1994. 207 p.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999). Tese (doutorado), FFLCH, USP, 1999.

\_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. In **Revista Terra Livre**, nº 15. São Paulo: AGB, 2000, p. 59-85.

LEMOS, Linovaldo, M. O global e o local numa lógica reticular. In: **Revista de Economia Heterodoxa**, nº 9, ano VII, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre os tipos de manifestações no campo paulista no período 2000-2011**. (Monografia), 2012 FCT, UNESP, 91 p.